



**LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE
(ORGANIZADORA)**

**INVESTIGAÇÃO
CIENTÍFICA NAS
CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS**

Atena
Editora
Ano 2019

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
162	<p>Investigação científica nas ciências sociais aplicadas 1 [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas; v. 1)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-688-1 DOI 10.22533/at.ed.881190710</p> <p>1. Ciências sociais. 2. Investigação científica. 3. Pesquisa social. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 300.72</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas” publicado pela editora Atena, apresenta 40 pesquisas realizadas com temáticas que contribuem para conhecermos um pouco mais sobre a sociedade em que vivemos, bem como, sobre os desafios e estratégias relacionadas a esta.

Os artigos foram organizados em sete seções, além de dois artigos que trazem temas gerais para o debate. As seções estão divididas conforme segue: Desenvolvimento Urbano; Desenvolvimento Organizacional; Meio Ambiente e Economia; Políticas Públicas; Formação Profissional: Ensino, pesquisa e extensão; O feminino e as diferentes interfaces com as relações de gênero e Relações sociais: representações e reflexões;

O e-book apresenta caráter interdisciplinar e as publicações fundamentam o debate sobre temas que são centrais para a sociedade contemporânea. Possibilitam reconhecer e dar visibilidade às relações estabelecidas com os temas propostos e os aspectos econômicos, enquanto categoria central para se pensar nos desafios e estratégias postos para a vida em uma sociedade capitalista.

Destaca-se a seção que trata do tema “Formação Profissional”, em que são apresentados seis pesquisas voltadas para o reconhecimento da importância e contribuição do ensino, pesquisa e extensão para o desenvolvimento regional e prestação de serviços à população.

Os artigos e seções mantêm articulação entre si e contribuem para a divulgação e visibilidade de pesquisas que se voltam para o reconhecimento das estratégias e necessidades postas para vida em sociedade no atual contexto social, econômico e político.

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

I. DESENVOLVIMENTO URBANO

CAPÍTULO 1	1
MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO: ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DA MOBILIDADE URBANA NA CIDADE DE ARACAJU	
<i>Syslayne Carlos da Silva Costa</i>	
<i>Tony Santos da Silva</i>	
<i>Rooseman de Oliveira Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8811907101	
CAPÍTULO 2	20
MORADA LUDOVICENSE: TRADIÇÃO E ADAPTAÇÃO	
<i>Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8811907102	
CAPÍTULO 3	32
A ABORDAGEM HISTÓRICO-GEOGRÁFICA COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO E DELIMITAÇÃO DE MACROZONEAMENTOS URBANOS: UM ESTUDO DE CASO EM PONTA NEGRA/ NATAL – RN	
<i>Fabício Lira Barbosa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8811907103	
CAPÍTULO 4	47
A METROPOLIZAÇÃO NO SÉCULO XXI: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS CENTRALIDADES DA BAIXADA FLUMINENSE	
<i>Tatiana Cotta Gonçalves Pereira</i>	
<i>Raul Rosa de Oliveira Junior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8811907104	
CAPÍTULO 5	59
A VIDA PÚBLICA: A DINÂMICA CONTEMPORÂNEA E A EXPERIÊNCIA NO DIÁLOGO ENTRE CORPO, ARQUITETURA E PROJETO	
<i>Maria Isabel Villac</i>	
<i>Danielle Alves Lessio</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8811907105	
CAPÍTULO 6	70
CENTRALIDADES NA PROVÍNCIA FLUMINENSE: GEOGRAFIA HISTÓRICA, CIDADE E REGIÃO	
<i>Valter Luiz de Macedo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8811907106	
CAPÍTULO 7	81
EDUCAÇÃO NA MOBILIDADE URBANA: CÓDIGOS DE CONVIVÊNCIA E ORDENAMENTO NA CIDADE	
<i>Poliana de Souza Borges França</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8811907107	

CAPÍTULO 8	90
ESTUDOS FEMINISTAS SOBRE A QUESTÃO URBANA: ABORDAGENS E CRÍTICAS	
<i>Carolina Alvim de Oliveira Freitas</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8811907108	
CAPÍTULO 9	110
EMANCIPAÇÕES DISTRITAIS MINEIRAS, DESENVOLVIMENTO HUMANO E EQUIDADE DISTRIBUTIVA: EM BUSCA DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE	
<i>Marcos Antônio Nunes</i>	
<i>Ricardo Alexandrino Garcia</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8811907109	
CAPÍTULO 10	126
COLIVING: ENSAIO SOBRE MORADIA COMPARTILHADA E COLABORATIVA	
<i>Denise Vianna Nunes</i>	
<i>Larissa Tavares Vieira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.88119071010	

II. DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

CAPÍTULO 11	139
EMPRESAS FAMILIARES, A SUCESSÃO E A PREVENÇÃO DE CONFLITOS ENTRE SÓCIOS: UM ESTUDO EM UMA EMPRESA COMERCIAL DO SEGMENTO DE SUPRIMENTOS INDUSTRIAIS	
<i>Maura Martins Ferreira Pan</i>	
<i>Leossania Manfro</i>	
<i>Elton Zeni</i>	
<i>Iselda Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.88119071011	
CAPÍTULO 12	151
DIAGNÓSTICO DE GESTÃO EMPRESARIAL: UM ESTUDO COMERCIAL E SOCIETÁRIO EM UMA EMPRESA DO SEGMENTO METAL MECÂNICO	
<i>Ariel Simonini</i>	
<i>Guilherme Camargo</i>	
<i>Guilherme Wagner Valber</i>	
<i>Willian Piana Vivian</i>	
<i>Lademir José Cremonini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.88119071012	
CAPÍTULO 13	168
A APLICABILIDADE DA GESTÃO DE CUSTO COMO INSTRUMENTO DE TOMADA DE DECISÃO NO PROCESSO PRODUTIVO DE UMA INDÚSTRIA CERAMISTA	
<i>Jamille Carla Oliveira Araújo</i>	
<i>Cinthy Satomi Yamada</i>	
<i>Eziquiel Pinheiro Gabriel</i>	
<i>Maria Leidiane Santos</i>	
<i>Leidian Moura da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.88119071013	

CAPÍTULO 14	188
BENEFÍCIOS DA UTILIZAÇÃO DO VEÍCULO TIPO RODOTREM NO TRANSPORTE DE CARGAS: ESTUDO DE CASO EM UMA INDÚSTRIA DE EMBALAGENS CARTONADAS	
<i>Eloi Bürkner Junior</i>	
<i>Mayara Cristina Ghedini da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.88119071014	
CAPÍTULO 15	204
SUCESSÃO FAMILIAR EM EMPRESAS DE CERÂMICA DA REGIÃO SUL DE SANTA CATARINA	
<i>Claudio Alvim Zanini Pinter</i>	
<i>Luiz Antonio Duarte de Sousa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.88119071015	
CAPÍTULO 16	222
PLANO DE NEGÓCIOS PARA UMA EMPRESA COMERCIAL DO RAMO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	
<i>Alekcia Mara Casarotto</i>	
<i>Danielle Tosetto de Oliveira</i>	
<i>Hevandrus de Carlon Wallerius</i>	
<i>Anderson Aquiles Viana Leite</i>	
<i>Alecsander Bertolla</i>	
DOI 10.22533/at.ed.88119071016	
CAPÍTULO 17	237
A UTILIZAÇÃO DE VANT EM LEVANTAMENTOS CADASTRAIS PARA FINS DE ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO IMOBILIÁRIO: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE PAU DOS FERROS/RN	
<i>Maria Carina Maia Bezerra</i>	
<i>Pedro David Rodrigues Lima</i>	
<i>Augusto César Chaves Cavalcante</i>	
<i>Almir Mariano de Sousa Junior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.88119071017	

III. MEIO AMBIENTE E ECONOMIA

CAPÍTULO 18	248
ANÁLISE DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DE MATA CILIAR DO RIO GAVIÃO: UM AFLUENTE DO RIO DE CONTAS	
<i>Larissa Lima Barros</i>	
<i>Paulo Sérgio Monteiro Mascarenhas</i>	
<i>Camila da Silva Sotero</i>	
DOI 10.22533/at.ed.88119071018	
CAPÍTULO 19	254
ASFALTO CONVENCIONAL OU PERMEÁVEL? VIABILIDADE TÉCNICA NA PREVENÇÃO DE ENCHENTES	
<i>Rodrigo Azevedo Gonçalves Pires</i>	
<i>Jane da Cunha Calado</i>	
<i>Wilson Levy Braga da Silva Neto</i>	
<i>Bruna Brandini Carrilho</i>	

CAPÍTULO 20 266

CONFLITUALIDADE E CONFLITOS MINERÁRIOS EM JACOBINA – BA:
RESISTÊNCIAS E ENFRENTAMENTOS DAS COMUNIDADES DO ENTORNO DA
MINERADORA

Juliana Freitas Guedes Rêgo

Gilca Garcia de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.88119071020

CAPÍTULO 21 282

EFFECTOS SOCIALES DE LAS CONDICIONES LABORALES DEL SECTOR
PALMICULTOR EN EL MUNICIPIO DE MANI (CASANARE-COLOMBIA)

Wilker Herney Cruz Medina

Cristian Orlando Avila Quiñones

Elva Nelly Rojas Araque

María Crisalia Gallo Araque

Nilton Marques de Oliveira

Lina María Grajales Agudelo

DOI 10.22533/at.ed.88119071021

SOBRE A ORGANIZADORA..... 291

ÍNDICE REMISSIVO 292

CENTRALIDADES NA PROVÍNCIA FLUMINENSE: GEOGRAFIA HISTÓRICA, CIDADE E REGIÃO

Valter Luiz de Macedo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Instituto de Geografia, Departamento de
Geografia Humana
Rio de Janeiro/RJ

Província do Rio de Janeiro. Cidade e região.
Geografia Histórica.

CENTRALITIES IN THE PROVINCE OF RIO DE JANEIRO: HISTORICAL GEOGRAPHY, CITY AND REGION

RESUMO: O texto, que analisa aspectos da formação territorial fluminense no período imperial brasileiro, reforça a premissa de que uma análise de fato geográfica dos espaços deve incorporar uma dimensão também temporal visto que toda forma social é produto historicamente construído em um espaço e que este, a cada momento, denota processos de diferentes expressões de tempo. A pesquisa entende que analisar o território fluminense durante o XIX, quando se institui no Brasil um projeto nacional, significa observar como dadas frações desse território configuraram espaços diferenciados no contexto político, econômico e social da província, notadamente em seu viés urbano. E como premissa, adota a ideia de que o projeto nacional pretendido, de lastro fundamentalmente territorial, considera o espaço cidadão como mecanismo articulador de esferas regionais. É, neste sentido, que o texto associa os conceitos de cidade e região em suas discussões sobre uma possível geografia histórica do atual estado do Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVE: Província fluminense.

ABSTRACT: The text, which analyzes aspects of the Rio de Janeiro province formation in the Brazilian imperial period, reinforces the premise that a truly geographical analysis of spaces must consider a temporal dimension. After all, every social form is a product historically constructed in a space and this, at every moment, denotes processes of different expressions of time. The research understands that analyzing Rio de Janeiro's territory during the nineteenth century, when a national project is instituted in Brazil, means observing how parts of this territory have become differentiated spaces in the political, economic and social context of the province, especially in its urban aspect. And as a premise, it adopts the idea that the intended national project, whose base is essentially territorial, considers the urban space as an articulating mechanism of regional spheres. Thus, the text associates the concepts of city and region in the discussion about a possible historical geography of the current state of Rio de Janeiro.

KEYWORDS: Fluminense province. Province of Rio de Janeiro. City and region. Historical Geography.

1 | INTRODUÇÃO

Um projeto de Nação no Brasil emerge com o período imperial. Realizado pelas elites políticas e econômicas, tal projeto nacional não alterou aspectos estruturais da outrora sociedade colonial: centralização do poder, desigualdade de classes, escravidão e a grande propriedade como instrumento de riqueza e poder. De tal forma, a unidade nacional é forjada através da formação de uma hierarquia brasileira de valores e da nobilitação dos senhores rurais agrupados em torno do Imperador. Este arranjo sociopolítico definiu uma ordem imperial marcada por um Estado conservador que via no território o elemento de coesão das elites e no mote ideológico da “construção da nação” a retórica para o controle também sobre a população nas formas até então consagradas.

A manutenção efetiva da unidade territorial do império pressupunha o seu efetivo controle, sobretudo, em se tratando de uma imensa extensão física ocupada de forma descontínua. Para além das atividades de ordem econômica assentada na produção agrícola, a gerência do espaço interno e o controle de suas relações e fluxos nos moldes pretendidos eram questão essencial para a manutenção do poder centralizado como o monárquico no Brasil. É, nestes termos, que este trabalho sinaliza para uma política imperial voltada para o fortalecimento da unidade territorial através da instituição de vilas e cidades como base para a configuração adotada pelo emergente espaço nacional.

Investigamos, portanto, o uso político dos espaços urbanos (núcleos de natureza e magnitude distintas) que foram tomadas como centros do exercício de tais funções (no plano administrativo e de controle) e como nós de uma rede de comunicações e transportes que era montada nos padrões técnicos disponíveis pelo império brasileiro. Falamos de conjuntos de assentamentos urbanos com funções específicas, interligados, como forma de regulação e controle sobre dadas regiões. Falamos de integração entre núcleos urbanos que, mesmo incipiente, possibilitava fluxos materiais e imateriais pretendidos. Falamos de um projeto nacional tomado como ações territoriais nestas escalas geográficas, em essência.

Neste texto, a província fluminense, entorno imediato da capital imperial, é tomada como estudo de caso da relação cidade e região, basilar na política territorial do Império brasileiro. Dados dão conta de que a área do atual Estado do Rio de Janeiro, que até o fim do período colonial contava com 15 núcleos urbanos, registrava na década de 1890 um total de 48, além de uma série de “fixos” instalados em seus distintos centros urbanos que se constituíram em “centralidades” no território que se apropriava. Tais números precisam ser investigados. E investigados de maneira a considerar as especificidades do estudo sobre o espaço em tempos pretéritos.

2 | O TEMPO NOS ESTUDOS GEOGRÁFICOS

Buscando alinhar-se aos debates mais recentes na Geografia Histórica, este texto reforça a premissa de que uma análise de fato geográfica dos espaços também incorpora necessariamente uma dimensão temporal visto que toda forma social é produto historicamente construído em um espaço e que este, a cada momento, denota processos de diferentes expressões de tempo. Para Milton Santos (SANTOS, 2004, p. 159), “a simultaneidade das diversas temporalidades sobre um pedaço da crosta da Terra é o que constitui o domínio propriamente dito da Geografia”. Por isto, a pertinência das relações entre espaço e tempo no âmbito da Geografia como um todo.

Neste sentido, e na linha do que indicou Maurício Abreu (ABREU, 2000 e 2014), lembramos que, no estudo do espaço no tempo pretérito, é importante adequar para o entendimento do passado as variáveis que operacionalizam as categorias de análise da Geografia (estas sim universais), contextualizando os processos estudados através tanto da análise do que se produziu sobre eles (nos recortes temporal e espacial adotados) quanto da investigação necessária às fontes primárias de informação (entendendo-as sempre como fragmentos da realidade e como narrativas de poder).

Tais pontos configuram, portanto, a busca por um “enquadramento espaçotemporal” sugerido pelo referido autor para os estudos do espaço no tempo para que tal quadro referencial possa ser efetivamente analisado à luz dos conceitos e variáveis trazidos como adequados à pesquisa geográfica pretendida. Em outras palavras, não é apenas a recuperação das formas morfológicas e dos “fixos” (SANTOS, 2004) construídos no espaço que deve basear tal pesquisa. Para além da sua dimensão material, o que deve iluminar os estudos é a compreensão do que o referido autor chamou de “dimensão dos comportamentos obrigatórios” que são, em última análise, as formas jurídicas e sociais vigentes numa dada sociedade e em um dado tempo.

Neste caminho a ser seguido por pesquisas históricas em Geografia, a exemplo de Silva (2012), de imbricação da materialidade do espaço com os processos em distintas escalas temporais, há de se destacar o papel instrumentalizador das técnicas humanas (desiguais no decorrer do tempo e entre distintas sociedades, inclusive, em um mesmo momento histórico) como necessidade para tais estudos.

Está na base da Geografia como ciência renovada e crítica a consideração de que é através do uso das técnicas que, de fato, a relação entre homem e meio se estabelece. E isto independe do tempo analisado, variando sobremaneira em sua complexidade. Assim, é correto formular a premissa de que as técnicas (desde as mais simples) são os meios através dos quais os homens historicamente estabelecem seus processos e formas de vida, estabelecem meios de subsistência ou de produção econômica avançada, estabelecem, enfim, formas específicas de produção do espaço. E este caráter é fundamental para os estudos de geografia histórica uma vez

que “as técnicas, de um lado, dão-nos a possibilidade de empiricização do tempo e, de outro lado, a possibilidade de uma qualificação precisa da materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalham” (SANTOS, 2004, p. 54).

O caminho metodológico aqui adotado segue trabalho anterior (MACEDO, 2008), avançando na tentativa de “empiricização” do tempo possível através do levantamento de “fixos” construídos no espaço em momento pretérito. “Fixos” estes indicados em fontes primárias e secundárias de informação e tidos como possibilidade de sistematização e compreensão de características, discursos e ideias vigentes no recorte temporal da pesquisa.

Em um contexto de construção da nação como um ato quase exclusivo de ocupação e controle do solo, investigamos quais núcleos urbanos exerciam fins regionais, buscando perceber os aparatos administrativos e/ou de serviços que lhes conferiam “centralidade”. Interessa-nos aqui, por exemplo, saber se dado núcleo era sede de freguesia, comarca, distrito eleitoral, tribunal, unidade policial, se possuía mercado, escolas/liceus, hospitais, etc..

Junto ao desafio de levantamento de tais formas materiais do/no espaço, interessa-nos também a percepção sobre o contexto social e discursivo da época para discutirmos, à luz de uma Geografia Urbana e Regional em perspectiva histórica, o que tornava, naquele tempo e de fato, um núcleo urbano dotado de centralidade. Em outros termos, um assentamento urbano importante em um dado recorte territorial, elencando elementos essenciais para o estudo sobre a gênese do território fluminense a partir do entendimento de um arranjo espacial que configura um plano regional de núcleos urbanos.

3 | DINÂMICAS URBANO-REGIONAIS NA PROVÍNCIA FLUMINENSE

Vimos afirmando que a unidade de controle territorial alvejada pelo poder central era, em essência, a região. E esta era atingida, na prática, através das cidades e redes para que, subjugadas, tais porções maiores do espaço fossem confirmadas como território imperial. Cabe aqui, portanto, elencar medidas de ordenamento territorial vigentes na província (como as freguesias e comarcas) e as principais dinâmicas econômicas desenvolvidas no território fluminense no período imperial (notadamente associadas ao café e ao açúcar), bem como a importância dos caminhos para “fluidez” no território e, sobremaneira, o papel das grandes propriedades de terra no processo. Começamos por este último, visto por Moraes (2005) através da ideia de “fundos territoriais”, que reuniram elites em torno de si e impuseram dinâmicas espaciais importantes.

A partir de 1822, com o fim do regime de sesmarias e a transformação das capitanias em províncias, abre-se um hiato na atividade legislativa sobre as terras no Brasil que se prolonga até a Lei de Terras de 1850. Neste intervalo, observou-se

uma progressiva ocupação do solo sem qualquer título e mediante a simples tomada da posse, por vezes através da força e refletindo a forte presença dos senhores na sociedade da época.

A este momento, uma das grandes discussões entre a elite imperial era a escolha dos critérios que definiriam a repartição dos territórios de maneira a contemplar os poderes do Estado, Igreja e entes econômicos, salvaguardando o discurso dos interesses nacionais (COSTA, 2001). Em termos administrativos, o território das províncias foi dividido em freguesias (mantendo as estruturas eclesiásticas de poder herdadas do período colonial), comarcas (unidades de controle jurídico) e distritos (unidades para fins eleitorais).

De tradição colonial no Brasil, as freguesias passaram a se configurar como uma unidade elementar da partilha e da administração pública, sendo dotada de autoridade militar e policial e de relativa autonomia jurídica. Cada uma delas, também denominada de paróquia, recebia o nome de um santo católico e seu poder se expressava pela influência ideológica da Igreja e, economicamente, pela produção agrícola, pastoril e de serviços, além do registro de propriedades fundiárias localizadas em sua jurisdição. Se no início do século XIX, já se podia falar em pelo menos 46 freguesias instaladas na província do Rio de Janeiro, Chrysóstomo (2006) nos mostra que este total chegara a 81 no ano de 1849 e a 119 em 1870.

Tal expansão nos mostra a necessidade de especialização das medidas de administração territorial e, neste sentido, é importante tecermos algumas considerações sobre a Lei de Terras de 1850. Através dela, legitimava-se a aquisição pela posse no Brasil, mas esta apenas teria validade, isolando-se do domínio público, se levada ao Registro do Vigário, livro de notas da paróquia ou freguesia em que a terra estava localizada. Entre outros tantos aspectos importantes, cabia, portanto, ao pároco das freguesias do Império a indicação das terras que passariam a ser consideradas privadas e aquelas chamadas de devolutas ou do patrimônio das províncias, vindo daí o caráter obrigatório do registro e a importância administrativa das freguesias.

Quanto às comarcas, é sabido que foram instituídas pelo Código de Processo Criminal de 16 de dezembro de 1832, que extinguiu os Juízes Ordinários e estabeleceu a seguinte estrutura para cada uma delas: um Juiz Municipal, um Promotor Público, um Conselho de Jurados, um Escrivão das Execuções e demais oficiais. Como expressão de força das elites ao redor do Imperador, é importante observarmos que, para o caso do Ministério Público, uma lista tríplice deveria ser apresentada pelas Câmaras Municipais para que os promotores fossem nomeados por um período de três anos pelo governo na Corte e pelos presidentes de província.

Tal decisão passou a ser ainda mais centralizada através da reforma do Código de Processo Criminal de 03 de dezembro de 1841, quando os promotores não seriam mais indicados por lista elaborada pelas Câmaras Municipais, mas seriam diretamente nomeados pelo Imperador ou pelos presidentes de província para cargos agora com tempo indeterminado. Além do mais, cada comarca contaria agora com

apenas um promotor e não mais quantos fossem os seus termos. Apenas nos casos das comarcas mais importantes, poderia haver a nomeação de mais de um promotor.

Segundo o CIDE (1998), se ainda no início de século XIX existiam apenas as comarcas de Rio de Janeiro, Ilha Grande, Paraíba Nova, Cantagalo, Cabo Frio e Campos dos Goytacases, em um total de 6, este número passou para 9 em 1835 (com o novo arranjo territorial, surgem novas denominações como Resende, Vassouras, Angra dos Reis, Município Neutro, Niterói e Itaboraí) e para 13 em 1866 (a nova configuração faz surgir comarcas como a de São João Príncipe, Magé e Estrela), denotando subdivisões sucessivas do território que, pelo crescimento em importância, deveria ser administrado de forma mais próxima. Para Fridman (2005), “esse aumento do número de comarcas pode ser interpretado como uma preocupação por parte do Governo Provincial com a gestão política, judiciária, fiscal e militar do território fluminense, isto é, com uma divisão regional atrelada ao surto urbano.”

Neste contexto, eram os municípios mais importantes que funcionariam como “cabeça de comarca” e teriam sua influência mais uma vez confirmada sobre determinadas regiões da província. E o processo de criação de novas comarcas e elevação do status de determinados núcleos urbanos seguia a ponto de Chrysóstomo (2006) indicar que, em 1885, já eram 25 as comarcas instaladas na província. Delas, além da Corte, destacavam-se, sem dúvida alguma, a de Campos dos Goytacazes e a de Vassouras.

Tecidas estas considerações, é importante observar quais municípios realmente se destacavam neste território em expansão (visto que assumiriam funções de primazia na rede urbana que se estruturava e refletiriam a forma através da qual o Império organizava administrativamente a nação). Também se faz necessária a análise do processo de ocupação das terras do interior fluminense desde o seu início, durante o século XVIII, quando da atividade mineradora no interior da Colônia.

No caso do Vale do Paraíba do Sul, notamos que a ocupação se deu pela ação controlada direta ou indiretamente pelo Estado visando a conquista do solo para o mercado interno e estrangeiro. Com objetivos similares, e partindo da cidade do Rio de Janeiro ou chegando até ela, importantes caminhos desenhavam o mapa das comunicações estabelecidas até então entre a Capital e sua hinterlândia, seja em traçado “direto” rumo às minas (através de localidades como Petrópolis e Três Rios, por exemplo) ou mais “circulares” como os que atingiam São Paulo ou os que exploravam o baixo curso do rio Paraíba do Sul, na atual região norte do Estado.

Fridman (2017) indica a importância de tais caminhos no estabelecimento de comunicações e fluxos de mercadorias entre diversas localidades, enfatizando que eles foram abertos por particulares por cláusula nas cartas de sesmarias e, em muitos casos, aproveitavam o traçado derivado de antigas vias de circulação indígena. Ressaltou também que, por estes caminhos, surgiram aglomerados, pontos de feiras periódicas, vilas, cidades, sítios, fazendas, além de outras estradas tributárias, e que a prática de abertura de novas vias de circulação se intensificou com a atividade

cafeeira.

Observamos que um comércio de gêneros alimentícios e de animais que, originário das Minas Gerais se articulava com o Rio de Janeiro, originou um setor de subsistência mercantil também responsável pela ocupação do interior fluminense. Os recursos e os caminhos das tropas tiveram destaque na expansão da economia cafeeira e de seus valores sociais. Por estas vias de penetração, fornecia-se à capital considerável parte dos gêneros agrícolas que consumia, circulavam informações e estabeleciam-se engenhos produtores de açúcar e as primeiras fazendas de café. A articulação entre produção e comércio, viabilizada pelo crescente número de caminhos propiciou inclusive a formação de núcleos de povoamento, como já dito.

Desta forma, podemos entender que, desde os primórdios da ocupação e exploração do território fluminense, as atividades realizadas encontravam como eixo principal as estradas coloniais, tendência que persistiu durante o século XIX quando as grandes fazendas cafeicultoras (no Vale do rio Paraíba) e o dinamismo açucareiro (na “região” de Campos dos Goytacazes) passaram a desempenhar papel de referência no “mapa das interações possíveis”, que efetivou a riqueza que sustentou o Império. Ao inverso, áreas da província como o litoral sul (Angra dos Reis e Parati) viveu momento de decadência e isolamento com a abertura das novas dinâmicas econômicas e seus correspondentes eixos espaciais. Ocorreu com esta porção da província o caso teorizado por Corrêa (2006) em que a importância de uma cidade em uma dada rede tornar-se inviabilizada quando sua função não pode mais ser desempenhada ou deixa de ser necessária.

Sobre estas questões, ressaltamos a articulação de um capital fundiário brasileiro e um capital produtivo internacional para a construção de ferrovias que viriam agilizar a produção e consolidar uma infraestrutura de transportes. O ponto a ser considerado é aquele que marca um processo de integração entre distintas regiões, entre produção e comércio, potencializado pelo advento das ferrovias, mas não iniciado através delas. As vias de circulação e de comunicação, mesmo que mais lentas, já estavam delineadas como testemunho da lógica social, política e econômica em vigor no território em tempos pretéritos. No entanto, a rede pensada e estabelecida não fugia de sua definição teórica e afirmava seu caráter seletivo do espaço tornado território.

Neste sentido, Fridman (2005) nos indica a ocupação territorial de caráter planejado na região fluminense do “sertão d’oeste”. Processo este que teve sua expansão no período associada ao café e que compreendia as localidades de Resende, Paraíba do Sul, Piraí, Paty do Alferes, Sacra Família do Tinguá, Vassouras, Mendes e Miguel Pereira. Para a autora, tal planejamento, consubstanciado em um projeto de colonização, está reportado também à fundação de comarcas que compuseram a hinterlândia da cidade do Rio de Janeiro. E, nestes termos, propõe uma volta ao tema urbanização articulado a projeto de colonização.

Ao lembrar a “onda” colonizadora desta parte do território fluminense por obra da

chamada “civilização do café”, com nítido plano regional de urbanização que avançava a interiorização já pensada desde metade do século XVIII ainda por Portugal, a autora enfatiza que uma política oficial de povoamento, vinculada aos interesses particulares de base agrícola, promoveram alterações territoriais significativas durante o século XIX. E complementa com precisão tais características do processo representativo da expansão da fronteira agrícola através dos latifúndios, da violência dos brancos contra os escravos negros e nativos, da fundação de colônias de parcerias e da criação de freguesias, vilas e comarcas como polos de poder político (FRIDMAN, 2005).

Destacamos ainda que, neste contexto de afirmação cafeeira, os eixos dinâmicos da economia fluminense partiam da cidade de Rio de Janeiro e se dirigiam para Resende (no sertão d’Oeste), São Gonçalo (no sertão do leste) e Cantagalo, nas serras do centro-norte da província. Ao longo dos caminhos abertos, a expansão da fronteira agrícola dinamizava as economias regionais, fazendo, inclusive, expandir os contingentes urbanos e suas atividades.

Sobre a questão específica do trato do território neste momento, é fundamental destacar que a marca da espontaneidade dos lugares, registrados em diversos pontos do território, cede vez para uma ação cada vez mais planejada. Fala-se agora em um aparato burocrático que alia companhias de colonização e grandes proprietários fundiários de forma que novos pontos do território vão se constituir em centros de administração da vida econômica e social. Este surto urbano no território fluminense trouxe mudanças significativas como a valorização do solo e a sua concentração, a expulsão dos posseiros das terras com a transformação de significativa parte deste contingente em agregados das grandes fazendas de café. Tais mudanças ainda se consubstanciam na criação de vilas ou elevação de pequenos núcleos urbanos a esta categoria, sendo exemplos ocorridos no período imperial: Valença (1823), Mangaratiba (1831), São Sebastião de Barra Mansa (1832), Vassouras (1833), Paraíba do Sul (1833) e Sant’ Anna do Pirai (1837).

Este dinamismo também se refletia no aumento da população urbana na região e o caso de Vassouras é ilustrativo: 20.589 habitantes em 1840 (sendo 14.333 escravos) e mais de 35.000 em 1850 (20.158 escravos). E o aumento populacional condicionava uma maior complexidade na vida econômica e social através, por exemplo, da vinda de diferentes artífices, portugueses, imigrantes e mascates para estes novos territórios. Além do mais, estes espaços, sobretudo os núcleos que assumiam papel de liderança nesta rede regional, passaram a receber como moradores os próprios senhores de terra que, ampliando suas atividades econômicas (seriam também financistas e banqueiros) e seus horizontes culturais (os modismos modernos e “civilizados” estavam associados às cidades), erguiam palacetes urbanos para residência.

Outra dinâmica regional importante no período em tela e já mencionada faz referência à opulência do norte fluminense capitaneada pela cidade de Campos dos Goytacases, significativa área produtora de açúcar e gêneros diversos voltados

para o abastecimento interno da Província. Chrysóstomo (2006) discute a produção da rede urbana no na província no contexto de afirmação da política centralizadora do Império, identificando o papel assumido pela antiga cidade no comando político, econômico e social da região. A autora assume o pressuposto de que este núcleo constituiu-se em espaço privilegiado de legitimação do poder estatal e, nesse sentido, a política administrativa do Estado também pode ser entendida como uma política de ordenamento territorial nos espaços urbanos. O texto investigou os aparatos administrativos instalados na cidade e em seus distritos e freguesias voltadas para o controle produtivo, político e social da população. Esta rede de poder, materializada em uma rede urbana que conectava Campos e sua hinterlândia à Niterói e à capital do Império, subjungando a região, demudou as relações estabelecidas em seu interior e denotava o recorte regional das políticas de então.

Por fim, ressaltamos que tais dinâmicas de base urbano-regionais (o norte fluminense capitaneado por Campos, o “sertão d’oeste”, a espacialização das medidas de administração territorial via freguesias e comarcas, o retalhamento da província pelas grandes propriedades e os caminhos abertos para conexão entre estas e os núcleos urbanos) envolviam grupos de poder localizados em diferentes espaços da província e impunham uma dinâmica territorial que confirmará a instalação dos símbolos e ordens vigentes nos moldes indicados por Chauí (2000), quando da ideia de “semióforos” da nação.

Tais dinâmicas foram responsáveis pela instalação de diversos aparatos administrativos de controle político e de veiculação de ideias (tais como escolas, cadeias, distritos eleitorais, mercados, sedes policiais, tribunais, hospitais, postos de fiscalização de rendas) que efetivamente asseguraram o controle do território pelos “nobres” do império. Controle este exercido a partir do alcance regional dos instrumentos políticos e ideológicos a serviço do projeto aqui engendrado de nação, projeto analisado por Mattos (1994) a partir do poderio da elite econômica cafeicultora fluminense, e que se localizavam preferencialmente nos espaços urbanos constituídos para tal finalidade.

Tais questões, que expressam o “enquadramento espaçotemporal” que adotamos no texto, evidenciam a importância dos conceitos de cidade e de região para o estudo da gênese do espaço fluminense, apontando, a nosso ver, para a necessária continuidade de pesquisas em Geografia sobre a relação entre Estado, oligarquias rurais e configuração espacial em tempos outros.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dinâmicas territoriais que evocam as escalas geográficas do urbano e do regional foram aqui elencadas e observadas em conjunto para percebermos o processo mais amplo de controle da província fluminense. Mais ainda: tais dinâmicas

foram investigados de maneira a considerar as especificidades do estudo sobre o espaço em tempos pretéritos, visto ser o período imperial o recorte temporal da pesquisa apresentada. Assim, buscamos analisar ações “planejadoras” do território como elemento de contribuição para os esforços por uma geografia histórica do atual estado do Rio de Janeiro.

Na província fluminense, observamos a constituição de um poder administrativo como garantia de disseminação dos interesses de determinados grupos que, por sua vez, expressaram tentativas de ordenamento do território e da sociedade. Aqui, indicamos alguns mecanismos de dinâmica territorial para ressaltar a subjugação de recortes regionais a dadas unidades urbanas.

Reafirmamos que os distintos níveis de acessibilidade em diferentes regiões denotavam um embrionário processo de divisão espacial do trabalho e indicava, na escala da província, a existência de um comércio interno e o surgimento de um processo de urbanização. Vimos que a dinâmica urbana e a alocação das infraestruturas administrativas a seu serviço consolidaram o poder político dos agentes econômicos mais importantes e foram essenciais para o fortalecimento estatal na regulação dos fluxos e na ampliação de sua rede administrativa.

O caso da província fluminense nos permite investigar sobre a configuração de uma rede (simples, é verdade) e seus nós e sobre a importância das suas cidades e vilas, seus momentos de apogeu e de declínio, em alguns casos. Tal perspectiva nos permite entender, no pretérito, algumas causas das configurações seguintes do território analisado, sobremaneira, as reiteradas desigualdades entre o interior do Estado do Rio de Janeiro e a sua região metropolitana (tema, inclusive, que poderiam fomentar diferentes frentes de pesquisa).

Por ora, marquemos que os conceitos de cidade e de região se imbricam na nossa pesquisa histórica em Geografia e que a ideia de instrumentos técnicos disponíveis a cada momento nos permite elencar materialidades constituídas pelos representantes do poder vigente em suas estratégias de controle territorial. Assim, tal caminho investigativo nos permitiu afirmar o caráter regional que as cidades detinham no contexto da província fluminense e, em última análise, do próprio Estado imperial brasileiro. Discutir cidade naquele momento era discutir região.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. **GeoUSP**, n. 7, Universidade de São Paulo, 2000.

ABREU, Mauricio de Almeida. Sobre a memória das cidades. (27-54). In: FRIDMAN, Fania; HAESBAERT, Rogério (orgs). **Escritos sobre espaço e história**. Rio de Janeiro: GARAMOND, 2014.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: PERSEU ABRAMO, 2000.

CIDE (Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro). **Estado do Rio de Janeiro: Território**. Rio de Janeiro: CIDE, 1998, 2ª ed.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 2006.

COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: CONTEXTO, 2001, 10ª ed.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. **Ideias em ordenamento, cidades em formação: a produção da rede urbana na província do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UFRJ, IPPUR, 2006. (Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional)

FRIDMAN, Fania. **Os donos do Rio em nome do Rei**. Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: JORGE ZAHAR/GARAMOND, 2017, 3ª ed.

FRIDMAN, Fania. As cidades e o café. VI Congresso Brasileiro de História Econômica. **Anais...** Conservatória, 04 a 07 setembro de 2005.

MACEDO, Valter Luiz de. **Província fluminense: um território a serviço da nação**. Rio de Janeiro: UFRJ, IPPUR, 2008. (Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional).

MATTOS, Ilmar R. **O tempo saquarema**. A formação do Estado Imperial. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994, 3ª ed.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo: ANNABLUME, 2005.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: EDUSP, 2004. 4ª ed.

SILVA, Marcelo Werner da. A Geografia e o estudo do passado: conceitos, periodizações e articulações espaçotemporais. **Terra Brasilis** (Nova Série) [Online], 1, posto online em 05/11/2012. <<http://terrabrasilis.revues.org/246>>

SOBRE A ORGANIZADORA

Luciana Pavowski Franco Silvestre - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), pós-graduação em Administração Pública pela Faculdade Padre João Bagozzi (2008) é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013), Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Assistente Social da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - Governo do Estado do Paraná, atualmente é chefe do Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria de estado da Família e Desenvolvimento Social, membro da comissão regional de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes de Ponta Grossa. Atuando principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, medidas socioeducativas, serviços socioassistenciais, rede de proteção e política pública de assistência social.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adaptação 20, 21, 23, 24, 25, 29, 93

Aracaju 1, 2, 3, 4, 5, 6, 12, 14, 17, 18, 19

Arquitetura luso-brasileira 24, 31

B

Baixada fluminense 53

C

Centralidade urbana 47, 56, 58

Cidade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 44, 45, 49, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 106, 109, 126, 127, 130, 135, 136, 137, 191, 226, 229, 231, 238, 246, 255, 271, 277

Coliving 126, 127, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138

Contabilidade de custo 169, 171

Corpo 35, 59, 60, 61, 64, 67, 68, 128, 161, 213, 262, 263

D

Desenvolvimento 1, 2, 3, 4, 6, 18, 19, 21, 22, 30, 33, 34, 36, 53, 58, 81, 82, 88, 101, 105, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 141, 142, 146, 149, 152, 154, 160, 163, 168, 176, 187, 192, 207, 210, 214, 221, 226, 239, 248, 249, 267, 268, 280, 281, 282

Desenvolvimento municipal 110, 117

E

Educação no trânsito 81, 83, 86, 87, 88

Emancipações distritais 110, 111, 117, 124

Empreendedor 222, 224

Ensino 26, 81, 83, 85, 88, 216

Espaço urbano 2, 3, 4, 6, 35, 45, 58, 91, 93, 94, 105

Evolução tipológica 20, 22, 26, 27

Experiência 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 101, 102, 103, 129, 130, 149, 158, 187, 194, 218, 219

G

Geografia histórica 70, 72, 79

Gestão empresarial societária 151

Gestão familiar 142, 212

H

Holding empresarial 151, 161

I

Indústria cerâmica 168, 169, 170, 172, 184, 187, 205, 214

M

Materiais de construção 222, 223, 224, 226, 227, 229, 234, 235

Metropolização 18, 47, 48, 53, 57, 58, 124

Millennials 126, 127, 128, 131, 133, 136, 137

Mobilidade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 11, 15, 16, 17, 18, 19, 54, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 123, 130, 135

Mobilidade urbana 1, 2, 3, 7, 15, 17, 18, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 89

Modos de habitar 126, 128, 133, 134, 136

Morada 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30

Moradia colaborativa 126

Moradia compartilhada 126, 129, 133, 134

Municípios mineiros 110, 112, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124

P

Planejamento 2, 5, 7, 27, 35, 49, 50, 51, 52, 76, 80, 81, 83, 88, 91, 93, 94, 95, 106, 108, 124, 140, 144, 147, 149, 153, 158, 161, 162, 163, 165, 170, 171, 190, 193, 197, 198, 202, 204, 208, 209, 210, 212, 213, 220, 222, 224, 225, 226, 227, 228, 230, 237, 238, 239, 240, 254, 255, 264, 281

Ponto de equilíbrio 168, 169, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185

Processo sucessório 151, 204, 205, 210, 211, 217, 220, 221

Projeto de arquitetura e cidade 59

Província do Rio de Janeiro 70, 74, 80, 293

Província fluminense 70, 71, 73, 78, 79, 80

S

Segmento metal mecânico 151, 152, 153, 154, 158, 159, 165

Sociedade anônima 151, 157, 164, 165, 216

Sucessão societária 151, 153

T

Tradição 20, 21, 23, 25, 26, 29, 74

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-688-1



9 788572 476881